

APRESENTAÇÃO

Pode parecer pretensioso ou ousado intitular uma obra de *Bíblia Apócrifa*. Na verdade, o que propomos é oferecer a você a possibilidade de ter contato com os textos de origem que remontam a judaísmos e cristianismos perdidos, pertencentes a essas duas grandes religiões muito afins. São livros que retratam pensamentos diferenciados dos que se tornaram hegemônicos, canônicos, isto é, escolhidos pela tradição como inspirados por Deus.

Nesta *Bíblia Apócrifa*, você tem em mãos os mais importantes livros do Segundo Testamento. São traduções e comentários feitos de forma acessível ao estudo e ao contato com nossa fé de origem.

Para compreender o processo histórico e o alcance da literatura extrabíblica é preciso perguntar o que é a Bíblia Canônica, qual foi o caminho percorrido por judeus e cristãos para definir os critérios e selecionar seus livros sagrados. Só assim poderemos estabelecer a diferença entre canônicos e apócrifos.

Não é possível compreender o pensamento desses cristianismos de origem sem conhecer a história e o contexto nos quais eles surgiram. Portanto, em um primeiro momento, apresentamos uma Introdução Geral ao processo de seleção da Bíblia Canônica, isto é, os livros que passaram pelo crivo dos critérios propostos por judeus e cristãos, o que resultou na exclusão e composição posterior de outros livros, os quais vieram a ser denominados de apócrifos, extrabíblicos ou escritos falsos. Na sequência, você terá a oportunidade de ter contato com o conteúdo dos livros apócrifos do

Segundo Testamento a partir de uma divisão que considera o conteúdo e gênero literário deles.

A tradução apresentada baseia-se em textos originários em suas diversas traduções para as línguas modernas. Nosso objetivo foi apresentar uma tradução acessível àqueles que têm interesse nessa literatura, quer acadêmicos quer não. Procuramos evitar notas de rodapé, a fim de que a leitura seja fluente. Entre parênteses, encontram-se explicações ao texto. No início de cada livro apócrifo há um comentário com as principais informações para sua compreensão no contexto histórico e no literário. Os títulos dados a cada narrativa não fazem parte do original, mas querem simplesmente facilitar a leitura.

Esperamos que esta obra seja útil para o diálogo com esses pensamentos de origem. Boa leitura e meditação no túnel do tempo de nossa fé aberrante, complementar e alternativa!

Prof.-Dr. Frei Jacir de Freitas Faria, OFM
Divinópolis (MG), Festa da Mãe de Deus de 2025

INTRODUÇÃO

BÍBLIA CANÔNICA

Bíblia é um substantivo de origem grega (βιβλία). Na verdade Bíblia é o plural do singular βιβλίον (“livro”). Por isso, nos referirmos à Bíblia como um conjunto de livros sagrados ou uma biblioteca. Os setenta e três livros da Bíblia católica, os sessenta e seis da protestante e os trinta e nove da hebraica (judaica) formam a biblioteca dos livros inspirados, isto é, os que foram considerados canônicos, os quais são a base para compreender a revelação de Deus na história do judaísmo e do cristianismo. A Bíblia está dividida em Antigo e Novo testamentos. Optamos pela terminologia Primeiro e Segundo Testamento por uma questão de diálogo inter-religioso e de respeito a nossos irmãos da Primeira Aliança, os judeus.

A escolha dos livros

A primeira lista de livros inspirados, chamada de “cânone” – substantivo de origem grega que significa “régua da medida” –, surgiu entre os judeus já no século III a.E.C. e foi consolidada entre os cristãos no século III da E.C.¹, quando Agostinho de Hipona (354-430 E.C.) identificou na tradição uma lista de livros que foram traduzidos do hebraico para o grego por setenta e dois rabinos de Alexandria, no Egito. Foi ele quem deu a essa obra o nome de Setenta (LXX) ou Septuaginta. Na verdade, a aplicação do substantivo “cânone” para os livros da Bíblia Hebraica é posterior, pois o termo vem do grego e do ambiente cristão do século IV².

1. Usamos as terminologias antes da Era Comum (a.E.C.), que equivale a antes de Cristo (a.C.), e Era Comum (E.C.), que equivale a depois de Cristo (d.C.) por respeito ao diálogo inter-religioso, em especial com os judeus.

2. BARRERA, Julio Trebolle. *A Bíblia Judaica e a Bíblia Cristã: introdução à história da Bíblia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 175.

A LXX foi elaborada a pedido do rei do Egito, Ptolomeu II Filadelfo (287-247 a.E.C.), seguindo orientação do bibliotecário Demétrio de Faleros, com o objetivo de agradar os judeus ao colocar um exemplar dos livros sagrados deles na biblioteca da próspera cidade grega, Alexandria. Desse modo, a comunidade de judeus que viviam fora de Israel, na chamada diáspora, pôde ter acesso aos livros da tradição judaica.

Aristeia, um membro da corte de Ptolomeu II Filadelfo, escreveu, no século II a.E.C., a um tal de Filócrates contando como fora realizada a tradução do hebraico para o grego. Trata-se da *Carta de Aristeia a Filócrates*. Setenta e dois judeus, seis de cada tribo, enviados pelos rabinos de Jerusalém a Alexandria, em setenta e duas salas diferentes traduziram da mesma forma os textos hebraicos para o grego. Entre os estudiosos há um consenso de que Carta de Aristeia é falsa, visto que o processo de tradução levou mais de três séculos para ser finalizado.

A LXX, conhecida também como *Cânone Alexandrino*, contém os seguintes livros: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, 1 Samuel (1 Reis), 2 Samuel (2 Reis), 1 Reis (3 Reis), 2 Reis (4 Reis), 1 Crônicas (1 Paralipômenos), 2 Crônicas (2 Paralipômenos), 1 Esdras, 2 Esdras (Esdras e Neemias), Ester, Judite, Tobias, 1 Macabeus, 2 Macabeus, 3 Macabeus, 4 Macabeus, Salmos, Odes, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Jó, Sabedoria, Eclesiástico (Sirácida), Salmos de Salomão, Oseias, Amós, Miqueias, Joel, Abdias, Jonas, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias, Isaías, Jeremias, Lamentações, Baruc, Epístola de Jeremias, Ezequiel, Suzana, Daniel e Bel e o Dragão.

Observe que no Cânone Alexandrino se encontram Odes, Salmos de Salomão, Suzana, Bel e o Dragão, 1 e 3 Esdras, 3 e 4 Macabeus, os quais foram considerados apócrifos. Os Paralipômenos ou Crônicas foram considerados suplementos aos livros dos Reis. Eram, originalmente, cinquenta e seis livros, mas depois alguns foram incluídos em outros livros, resultando em uma lista de cinquenta e dois livros.

Judeus de língua grega, cristãos da primeira fase do cristianismo e os padres da Igreja aceitavam a LXX como inspirada. Nesse sentido, Filon de Ale-

xandria escreveu: “Aqueles que leem os dois textos, tanto o hebraico quanto a tradução [...], não chamam simplesmente de tradutores, mas de hierofantes (sacerdotes) e profetas, esses homens que puderam seguir com expressões transparentes o pensamento tão puro de Moisés” (*De Vita Moisés*, 2,37)³.

Já os judeus tradicionais, ou seja, o judaísmo rabínico, deixaram de aceitar a LXX como inspirada, não somente porque alguns dos livros dela foram escritos e traduzidos em uma língua não inspirada (o grego), mas também porque os cristãos estavam usando muito a Setenta na evangelização, o que poderia levar o cristianismo a influenciar a tradição judaica. A opção feita por eles, então, foi manter os livros escritos em hebraico.

Atualmente, há um consenso entre os pesquisadores de que a LXX, por causa de suas inúmeras contribuições, é um cânone que deve ser considerado inspirado. Alguns dos textos que foram considerados apócrifos estão inseridos, no cânone católico, em outros livros. É o caso de Suzana, que está em Dn 13, e de Bel e o Dragão, que está em Dn 14.

Na verdade, o cânone judaico, chamado de Palestino ou Curto surgiu, por volta do ano 95 E.C., logo depois da guerra judaica contra os romanos (67-70 E.C.), quando um famoso rabino de nome Akiba conseguiu se estabelecer com os seus seguidores no sul da Palestina, na cidade de Jâmnia (*Yabné*). Nesse local, uma assembleia de rabinos da corrente religiosa judaica que sobrevivera à destruição romana, os fariseus, refez a lista longa da LXX, mantendo trinta e nove livros. Na ocasião, os rabinos também decidiram sobre a inspiração dos livros de Ezequiel, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos e Ester. Jâmnia foi importante para estabelecer a lista dos livros inspirados, ainda que essa questão já estivesse posta com o Cânone Alexandrino. Na verdade, a definição do cânone judaico foi sendo firmada pós-Jâmnia, no período tanaítico, isto é, dos sábios rabinos do ano 10 ao 220 da Era Comum.

Surgiu, desse modo, a Bíblia Hebraica, chamada de TaNaK. O T vem de Torá e se refere aos livros de Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Já N vem de *Nebiim* e se refere aos profetas, divididos em anteriores

3. PRIOTTO, Michelangelo. *Introdução geral às Escrituras: introdução aos estudos bíblicos*. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 95.

(livros históricos para os cristãos) e posteriores (os profetas); O K vem de *ketubim* e se refere aos Escritos (Sapienciais para os cristãos e outros históricos como Esdras e Neemias). Essa lista corresponde ao que chamamos de Primeiro Testamento dos protestantes e evangélicos.

Entre os cristãos, a definição da lista dos livros inspirados foi motivo de muitas discussões teológicas e apoloéticas, sobretudo nos quatro primeiros séculos do cristianismo. O ponto-final dessa discussão, ainda que ao longo de muitos séculos havia consenso de quais seriam os livros inspirados, veio somente com o Concílio de Trento (1546-1563), motivado pela retirada da Bíblia, por Martinho Lutero, dos deuterocanônicos (Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, 1 e 2 Macabeus), os quais haviam recebido o aval de autoridades do cristianismo, como Atanásio de Alexandria (295-373 E.C.) e Agostinho de Hipona (354-430 E.C.). Na verdade, o Concílio de Hipona (393 E.C.), o de Cartago III (397-419 E.C.) e o de Trullo (692 E.C.) aceitaram os deuterocanônicos, mas deixaram ainda dúvidas em relação a eles. No concílio realizado em Florença (1441) foi definida a inspiração desses livros. Decisão confirmada em Trento, motivada pela discussão com os reformadores, o que resultou no fato de a Bíblia protestante ou evangélica conter somente 66 livros, 39 do Primeiro Testamento e 27 do Segundo.

Marciano de Sinope (83-160 E.C.), um influente teólogo do cristianismo primitivo, elaborou um cânone, por volta do ano 150 E.C., contendo o Evangelho segundo Lucas e dez cartas paulinas. Marciano foi declarado herege pela Igreja por causa de sua dupla visão de Deus, o malvado do Primeiro Testamento e o misericordioso e Pai do Segundo. Os seus adeptos foram chamados de marcionitas. Marciano comungava com o pensamento dos gnósticos docetas, os quais acreditavam que a presença de Jesus na cruz havia sido somente aparente, que Deus colocara outro no seu lugar na hora da morte.

A propósito da lista de Marciano, outros livros foram sendo escritos sobre Jesus e seus seguidores. O século segundo do cristianismo produziu grande parte da literatura apócrifa do Segundo Testamento.

Uma nova lista de livros inspirados foi apresentada na Igreja ainda no século segundo. Ela ficou conhecida como Cânone Muratoriano. Esse cânone levou esse nome em homenagem ao seu descobridor, Ludovico Antonio Muratori, no século XVIII.

O autor desconhecido desse cânone considerou como inspirados os livros de Marcos, Mateus, Lucas, João, Atos dos Apóstolos, Apocalipse, 1 e 2 João, Judas, Sabedoria, 1 Pedro, as cartas paulinas e pastorais, e ainda menciona os apócrifos Apocalipse de Pedro e Sabedoria de Salomão.

No início do século III, no ano de 202 E.C., Santo Irineu de Lyon apresentou uma lista de livros canônicos composta com Marcos, Mateus, Lucas, João, Atos dos Apóstolos, as cartas paulinas e pastorais, Apocalipse, 1 Pedro e 1 João.

Depois de Santo Irineu, outros padres da Igreja apresentaram suas opiniões sobre os livros inspirados. Orígenes, morto em 253 E.C., sugere que se deveriam reconhecer como Escritura os evangelhos segundo Marcos, Mateus, Lucas e João, as treze cartas paulinas, o Apocalipse, as três cartas de João e a de Hebreus. Ele também sugere as duas cartas de Pedro, ainda que manifeste dúvidas sobre elas; tece considerações sobre Atos, Tiago, Judas, Barnabé, Pastor de Hermas, Atos de Paulo, Didaqué e 1 Clemente. A opinião de Orígenes foi recolhida por Eusébio de Cesareia (*História eclesiástica* VI.25,1-14).

Já Hipólito de Roma, morto em 236 E.C., concorda com Orígenes, mas não aceita como inspirada a carta aos Hebreus. Nessa época, havia dúvidas também quanto à inspiração do Apocalipse e do Evangelho segundo João.

Eusébio de Cesareia, morto em maio de 339 E.C., qualificou os diversos livros em três classes:

Os reconhecidos ou aceitos, os discutidos e os heréticos. Entre os aceitos como Escritura, coloca os quatro evangelhos, Atos, as cartas paulinas (com Hebreus provavelmente), 1 João, 1 Pedro e, com reservas, o Apocalipse. Entre os discutidos encontramos Tiago, Judas, 2 Pedro, 2 e 3 João, Atos de Paulo, Pastor de Hermas, Apocalipse de Pedro, Barnabé, Didaqué, o Apocalipse, “se prevalece essa opinião”, e, segundo alguns querem, Evangelho segundo os hebreus⁴.

4. ARTOLA, Antonio M.; SANCHEZ CARO, José Manuel. *A Bíblia e a Palavra de Deus: introdução ao estudo da Bíblia*. 2. ed. São Paulo: Ave-Maria, 2005. v. 2, p. 91.

No século IV, Atanásio de Alexandria propôs um cânone com os atuais vinte e sete livros do Segundo Testamento. O Concílio de Hipona (393 E.C.), na África, aprovou a sua lista, que foi confirmada nos concílios de Cartago, em 397 e 418 E.C. Antes, no Sínodo de Roma (382 E.C.), o Papa Dâmaso I já havia promulgado o primeiro documento romano com uma lista completa dos livros inspirados, conforme indicação de Atanásio de Alexandria.

Ainda que Atanásio seja considerado o pai do cânone cristão, a Igreja só conseguiu um maior consenso sobre uma lista de livros inspirados no século VI. A confirmação definitiva ocorreu no Concílio de Florença (1441) e foi reafirmada e referendada no Concílio de Trento (1545-1563). Até chegar a essa clareza, muitas controvérsias e disputas teológicas com correntes divergentes de pensamento, como os gnósticos, permearam a vida da Igreja. E é a partir disso que podemos falar dos outros inúmeros livros que ficaram do cânone judaico e do cristão.

Crítérios utilizados por judeus e cristãos

A elaboração de um cânone para judeus e cristãos seguiu cominhos diversos, mas alguns critérios de seleção são comuns aos dois grupos. No judaísmo não se pode falar de um cânone propriamente dito, pois essa questão surgiu bem mais tarde, já em ambiente cristão.

A fé foi um elemento aglutinador para judeus e cristãos. Fé em Deus (Javé), que libertou o povo do Egito e com ele fez uma aliança eterna. Fé na paixão, morte e ressurreição de Jesus.

Escrevendo de forma independente e sem uma preocupação com a definição posterior de que tal livro seria considerado inspirado e autorizado pelas autoridades religiosas para a sua leitura nas comunidades, os seus autores se preocuparam mais com a tradição de fé que os sustentava e menos com a formação de um cânone. Judeus e cristãos tiveram como base a importância de Moisés como profeta e legislador. Se ele escrevera ou não determinado livro era outra questão. Para os cristãos, por sua vez, foi fundamental a origem apostólica de um escrito.

Para os cristãos, a presença do Espírito de Deus Criador, a *ruah* do Primeiro Testamento e o Espírito Santo do Segundo Testamento, que continuou a ação de Jesus no mundo, unindo Deus, Cristo e a comunidade de fé, resultou na lista dos livros inspirados.

Falar de literatura extracanônica ou apócrifa só tem sentido a partir dos canônicos. O que levou cristãos e judeus a produzirem outros livros? Seria para contrapor, complementar ou delimitar o poder de condução da fé? Seria simplesmente o desejo de produzir uma leitura aberrante, complementar ou alternativa ao texto canônico? Para compreender tal impasse, faz-se necessário recordar o processo histórico que propiciou o surgimento dos extracanônicos.

Anteriormente e durante a formação do judaísmo, a inspiração era concebida como comunicação com os deuses. No judaísmo, a inspiração, conforme afirma Priotto, ganha novos contornos: “No Antigo Testamento, a inspiração não se fundamenta no simples pressuposto da comunicação com os deuses, mas na fé em um Deus que fala e que, por isso, entra em comunicação com os homens, e isso através do seu Espírito (*ruah*)”⁵. Os judeus veem a ação desse Espírito com o Gênesis e perpassando toda a história do Primeiro Testamento.

No cristianismo, foi somente no Concílio de Florença (1442) que a Igreja Católica declarou pela primeira vez a inspiração de todos os livros: “A Santa Igreja Romana confessa que um só e idêntico Deus é autor do Antigo e do Novo Testamento, isto é, da Lei, dos Profetas e do Evangelho, porque os santos de um e do outro Testamento falaram sob inspiração do mesmo Espírito” (EB, 47).

Somente cinco séculos depois é que a Igreja acrescenta outra afirmação de fé, a de que a Bíblia é Palavra de Deus na palavra humana. *A Dei Verbum* 11 afirma: “Na redação dos livros sagrados, Deus escolheu homens, dos quais se serviu fazendo-os usar suas próprias faculdades e capacidades, a fim de que, agindo ele próprio neles e por eles, escrevessem, como verdadeiros autores, tudo e só aquilo que ele próprio quisesse” (CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA, 1965).

5. PRIOTTO, Michelangelo. *Introdução geral às Escrituras: introdução aos estudos bíblicos*. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 66.

Na história do protestantismo, a autoridade da Bíblia vem de Deus, que a revelou diretamente aos seres humanos. Cristo é o centro e sua chave de interpretação. A Bíblia interpreta a si mesma por meio da analogia da Escritura.

Todos esses modos de entender a Bíblia como Palavra de Deus nos livros que foram selecionados por judeus e cristãos só foram possíveis por causa dos critérios estabelecidos por eles ao longo dos séculos. Apresentamos, a seguir, seis critérios utilizados por judeus para a seleção da Bíblia Hebraica e outros seis estabelecidos pelos cristãos na seleção dos livros do Primeiro e Segundo Testamento.

Seis critérios judaicos

Os judeus estabeleceram os seguintes critérios para os livros da Bíblia Hebraica:

1) *Estar de acordo com a identidade, o modo de ser e de viver a fé judaica na vida e no culto no Templo e nas sinagogas.* Esse critério foi importante, pois estabeleceu que um livro, para ser inspirado, deveria ser de uso comum no Templo de Jerusalém e, após a destruição deste último, nas sinagogas. Em relação à ortodoxia judaica, um livro que, por exemplo, negasse a fé na vinda do Messias, bem como não considerasse a Torá, a Lei de Moisés, como a Carta Magna do povo, não poderia ser considerado inspirado.

2) *Não ser escrito em grego.* Quando a escola de rabinos fariseus se reuniu em Jâmnia, entre os anos 95 e 105 E.C., para definir os livros que seriam aceitos no cânone judaico, um dos critérios foi o da língua na qual ele fora escrito. Para eles, era consenso que o grego não poderia ser considerado como língua sagrada, pois estava ligado aos ídólatras e opressores. Os livros da LXX que haviam sido traduzidos para o grego não foram considerados problemáticos, mas os que haviam sido escritos depois, sim. É o caso dos deuteroacanônicos Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc e 1 e 2 Macabeus, bem como partes de Ester e Daniel. O Livro de Daniel, ainda que seja um livro recente, século II a.E.C., logrou entrar no cânone judaico pelo fato de o nome do seu autor fazer referência a um profeta de nome Daniel, que viveu no período persa.

3) *Ter sido escrito no período que vai de Moisés a Esdras.* Esse critério que estabelece o período de composição do livro, além de demonstrar a sua antiguidade, justifica-se pelo fato de Moisés ser considerado o marco do profetismo em Israel e de Esdras ser o fim da cadeia sucessória de profetas. Sendo assim, os livros escritos nessa época são mosaicos e proféticos. A tradição conservou a possibilidade de Moisés e Esdras terem sido autores de livros do Primeiro Testamento. A Moisés, que liderou o povo na saída do Egito e o acompanhou na peregrinação no deserto (1250-1200 a.E.C.), foi atribuída a redação dos primeiros cinco livros do Primeiro Testamento (Gn, Ex, Lv, Nm e Dt), hipótese não mais sustentada na pesquisa atual. Sobre Esdras, que esteve no Exílio da Babilônia (587-536 a.E.C.), liderou o retorno dos exilados para Canaã e foi considerado um dos fundadores do judaísmo, a tradição sustenta que ele, no exílio, ditava para os escribas o texto dos livros que haviam sido perdidos na destruição de Jerusalém, em 587 a.E.C. (IV Esd 14,18). No pós-exílio, foram escritos muitos livros da Bíblia, alguns deles em oposição a Esdras, como Rute. Atualmente, “é consenso entre os estudiosos que Esdras não teria feito uma lista de livros inspirados, mas simplesmente teria influenciado na sua escolha”⁶.

4) *Ter sido catalogado na lista de Flávio Josefo.* Os judeus fariseus de Jâmnia consideravam importante a informação dada por um de seus conterrâneos, Flávio Josefo, sobre a tradição de alguns livros inspirados. Fariseu, escritor e historiador, Flávio Josefo viveu entre os anos 37 e 107 E.C. e elaborou uma lista de vinte e dois livros que considerava divinos para o seu povo. Assim ele escreveu em sua obra *Contra Apionem* I,8,38-41:

Não existe entre nós uma afinidade de livros discutidos e contraditórios, mas apenas vinte e dois que abraçam a história de todos os tempos e que são justamente considerados divinos. Em primeiro lugar, os cinco livros de Moisés, que contêm as leis e a tradição desde a criação do mundo até sua própria morte, durante um período de três mil anos aproximadamente. Da morte de Moisés até Artaxerxes, sucessor de Xerxes no trono persa, os profetas que vieram depois de Moisés contaram a história de seu tempo em treze livros. Os quatro últimos contêm hinos a Deus e preceitos morais para os homens.

6. FARIA, Jacir de Freitas. *Apócrifos aberrantes, complementares e cristianismos alternativos – poder e heresias: introdução crítica e histórica à Bíblia Apócrifa do Segundo Testamento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 24.

Os livros elencados por Flávio Josefo foram: Gn, Ex, Lv, Nm, Dt, Js, Jz-Rt, 1 e 2Sm, 1 e 2Rs, Is, Jr, Lm, Ez, Jó, Est, Dn, Esd-Ne, 1 e 2Cr, Sl, Pr, Ct, Ecl.

5) *Manchar as mãos ao ser manuseado*. Esse critério pode soar estranho, mas ele foi estabelecido em Jâmnia quando os fariseus colocaram em xeque a inspiração dos livros de Eclesiastes e de Cântico dos Cânticos⁷. O que significa manchar a mão? A expressão teria dois significados. Primeiro, o livro deveria manchar as mãos, caso contrário não seria considerado inspirado. Segundo, o manuseio de um livro sagrado não exige purificação das mãos. Os judeus tinham e têm o costume ritual de purificar as mãos depois de ter utilizado os livros sagrados e antes de realizar qualquer atividade profana⁸. Os judeus lavam as mãos antes das refeições. Os católicos purificam o cálice depois da Eucaristia com o sentido de fazer com que o utensílio volte ao seu estado profano.

6) *Não ter origem no pensamento de grupos de oposição ao pensamento dominante*. No judaísmo, o grupo que teve primazia na condução da religião foi o dos fariseus. Livros provenientes de pensamentos que não se coadunavam com a visão farisaica não foram considerados inspirados. Trata-se, por exemplo, dos livros de Macabeus. 2Mc 12,44 trata do perdão dos pecados depois da morte, opinião não aceita pelos fariseus. Livros também de cunho apocalíptico que contradiziam a visão judaica não foram aceitos, assim como deutero-canônicos utilizados pelos cristãos. O Livro de Ester teve dificuldade de ser aceito como inspirado pelo fato de ele concordar com o casamento da judia Ester com um estrangeiro. Da mesma forma, o judaísmo teve dificuldades de aceitar o Eclesiastes, pois este teria passagens de cunho não condizente com o pensamento judaico. Em síntese, esse critério ideológico não foi predominante na escolha de um livro. Foi preponderante, no entanto, o seu uso pela tradição judaica.

7. ARTOLA, Antonio M.; SANCHEZ CARO, José Manuel. *A Bíblia e a Palavra de Deus: introdução ao Estudo da Bíblia*. 2. ed. São Paulo: Ave-Maria, 2005. v. 2, p. 80.

8. BARRERA, Julio Trebolle. *A Bíblia Judaica e a Bíblia Cristã: introdução à história da Bíblia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 175-176.

Seis critérios cristãos

Os cristãos aceitaram alguns critérios para os livros do Primeiro Testamento e acrescentaram outros para o Segundo Testamento, a saber:

1) *Ter um caráter ortodoxo ao professar a fé na ressurreição de Jesus.* Entre os valores que uniam os judeus seguidores de Jesus da primeira hora do cristianismo, estava a fé na ressurreição dele. A fé em Jesus ressuscitado mantinha a identidade dos cristãos e a fé da Igreja. Um livro com esse teor estava de acordo com a ortodoxia, a tradição e a doutrina recebida dos primeiros cristãos. Portanto, esse critério foi fundamental na escolha de um livro. Nesse sentido, um escrito apócrifo de origem gnóstica, datado entre 200 e 210 E.C. e intitulado Evangelho segundo Filipe, não foi aceito como inspirado, entre outros motivos, porque escrevera o seguinte sobre a ressurreição de Jesus: “Os que dizem que o Senhor primeiro morreu e depois ressuscitou enganam-se, pois primeiro ressuscitou e depois morreu. Se alguém não consegue primeiro a ressurreição, não morrerá; tão verdade quanto Deus vive, este [morrerá].

O Evangelho segundo Filipe fazia parte da corrente gnóstica, a qual defendia que a salvação vem pelo conhecimento da nossa origem divina.

2) *Ter sido escrito por um apóstolo ou pela tradição apostólica.* Esse foi um critério de fundamental importância para os escritos do Segundo Testamento, pois ele seria capaz de garantir a ortodoxia e a catolicidade (universalidade) da Igreja, sua antiguidade e concordância com a Escritura recebida, o que resultaria na edificação da Igreja⁹.

3) *Ser usado liturgicamente por muitas Igrejas apostólicas.* O uso litúrgico de um livro em várias Igrejas apostólicas foi um dos critérios que mais ajudaram a Igreja, por volta dos séculos III e IV, a ter clareza em relação aos livros inspirados. A utilização de um livro por várias comunidades conferia-lhe a pertença a uma tradição de fé universal, isto é, a catolicidade. Na escolha entre o Evangelho segundo Mateus, usado e reconhecido como inspirado por várias comunidades, e o Evangelho segundo Maria Madale-

9. ARTOLA, Antonio M.; SANCHEZ CARO, José Manuel. *A Bíblia e a Palavra de Deus: introdução ao Estudo da Bíblia*. 2. ed. São Paulo: Ave-Maria, 2005. v. 2, p. 105.

na, usado em poucas, esse critério ajudou as autoridades eclesiásticas a não terem dúvida em relação à inspiração do primeiro e à rejeição do evangelho gnóstico de Maria Madalena. Ainda hoje, comunidades cristãs da Igreja Copta do Egito utilizam o Evangelho segundo Maria Madalena nas celebrações. Serapião, que foi bispo em Antioquia (191-211 E.C.), aconselhou o uso do Evangelho segundo Pedro pela comunidade de Rosso, mas depois o proibiu, por julgar que nele havia indícios de docetismo, corrente gnóstica que acreditava que o corpo de Jesus era somente uma aparência.

4) *Ter sido inspirado pelo Espírito Santo.* A inspiração divina na composição de um livro bíblico chegou a ser entendida como sendo um anjo de Deus soprando as palavras para o escritor. Hoje, isso não é mais aceito. A ação do Espírito passa pela ação de Deus na vida da comunidade de fé, o que resulta na composição de um livro. O mesmo Espírito de Deus Criador, a *ruah* do Livro do Gênesis (Gn 2,7), continuou agindo nos profetas, permaneceu com os discípulos depois da morte de Jesus, o que possibilitou a Escritura ser divinamente inspirada (2Tm 3,14-17; 2Pd 1,16-21). Um livro considerado inspirado é aquele capaz de revelar no seu escrito a tradição oral sobre Jesus e a presença do mesmo Espírito que atuou nele para revelar o Pai, Deus.

5) *Ter sido catalogado na lista de Flávio Josefo.* Os cristãos mantiveram como regra para um livro ser considerado inspirado a lista apresentada pelo historiador Flávio Josefo.

6) *Não ter origem e aceitação entre os grupos de oposição ao cristianismo apostólico.* Dentre os vários cristianismos de origem, o que predominou foi o apostólico. O grupo de cristãos gnósticos rejeitavam a ideia da hierarquização do cristianismo. Um exemplo de um livro rejeitado foi o Apocalipse de Pedro, pelo fato de ele se opor claramente ao cristianismo apostólico, quando afirma que “existem também outros, que não dos nossos, que se chamam a si mesmos de bispos e também de diáconos, como se tivessem recebido essa autoridade de Deus. Eles são julgados por ocuparem os primeiros lugares na assembleia. Essa gente, eles são canais vazios¹⁰. Na verdade, esse critério mais ideológico não é tão predominante quanto o do uso nas comunidades.

10. FARIA, Jacir de Freitas. *O outro Pedro e a outra Madalena segundo os apócrifos: uma leitura de gênero*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 186.